

# ADUA EM NOTAS E ATOS 2020-2022



Associação dos Docentes da Ufam  
Seção Sindical do ANDES-SN

NOTAS PÚBLICAS DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (ADUA) - SEÇÃO SINDICAL DO  
ANDES-SN – 2020 A 2022



## **Diretoria**

Ana Lúcia Silva Gomes (presidente)  
Aldair Oliveira de Andrade (1º vice-presidente)  
José Alcimar de Oliveira (2º vice-presidente)  
Maria Rosária do Carmo (1ª secretária)  
Valmiene Florindo Farias Sousa (2ª secretária)  
Antônio José Vale da Costa (1º tesoureiro)  
Elciclei Faria dos Santos (2ª tesoureira)

## **Coordenação do projeto**

### **Jornalistas**

Daisy Melo (SRTE-AM 219)  
Sue Anne Cursino (SRTE-AM 1.240)

### **Designer**

Jessica Martins

### **Diretora responsável**

Valmiene Florindo Farias Sousa

Associação dos Docentes da Universidade Federal do  
Amazonas (ADUA) -  
Seção Sindical do ANDES-SN

Av. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3.000, Campus Univer-  
sitário da UFAM, Setor Sul, bairro Coroado, CEP: 69077-  
000 - Manaus/AM

## SUMÁRIO

Apresentação.....	6
Pandemia da Covid-19.....	7
Pela Vida e Contra o Descaso das Autoridades em Parintins durante a Pandemia de Covid-19. Nota da ADUA e Docentes do ICSEZ/Ufam..	9
Nenhuma Vida a Menos. Nota Pública ao Consepe/Ufam.....	11
“Devir” Internacional das Mulheres Trabalhadoras.....	16
Nota de Repúdio. Não nos Calarão. Ditadura e Mordaça, Nunca Mais!	17
Nota de Repúdio da ADUA: Ditadura e Mordaça Nunca Mais!.....	18
Luta e Resistência, Hoje e Sempre. Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas.....	19
Nota de Repúdio: Em Luto Lutamos pelo Amazonas.....	23
Contra a Política de Extermínio da População Negra (A Pele Racista da Justiça Burguesa).....	24
Solidariedade Classista aos Trabalhadores e as Trabalhadoras da Educação e de Repúdio à Irresponsabilidade dos Governantes.....	25
Ufam: Retomar as Atividades e Seguir na Luta Contra o Desmonte do Estado Brasileiro.....	26
Nota de Repúdio à Declaração do Ministro da Educação, Milton Ribeiro.....	31
Em Defesa do Sagrado Direito dos Povos Indígenas à Terra e à Vida. Contra o PL 490 do Marco Temporal.....	32

## SUMÁRIO

Em Defesa da Vida dos(as) Subalternizados(as). Em Defesa da Constituição e do Estado Democrático de Direito.....	34
15 de Outubro de 2021: Seguir na Luta em Defesa da Categoria Docente e da Educação Como Direito Fundamental do Povo Brasileiro.....	37
No Dia da Consciência Negra. Ampliar e Intensificar a Luta Contra a Desigualdade Social e Contra o Racismo Estrutural.....	41
Seguir na Luta... Para dar Vida ao Tempo.....	42
Nota Pública.....	43
Solidariedade e Indignação à Tragédia em Petrópolis (RJ).....	44
Devir Internacional da Luta das Mulheres Trabalhadoras.....	47
Nota Pública da ADUA pelo Dia de Luta dos Povos Indígenas do Brasil 19 de Abril de 2022.....	48
A Destruição das Universidades e Institutos Federais como Parte da Guerra do Governo Contra a Classe Trabalhadora Brasileira.....	50
Onde estão Bruno Araújo Pereira e Dom Phillips?.....	53
Nota da ADUA sobre as Graves Ameaças ao que formalmente ainda temos de Estado Democrático de Direito e Convocação Geral para o Dia 30 de Outubro de 2022 sob a Consigna: Votar em Lula para Derrotar Bolsonaro nas Ruas e nas Urnas! .....	55
Nota da ADUA - Seção Sindical .....	58

## APRESENTAÇÃO

Em seus 43 anos de luta, a ADUA – Seção Sindical se fez e se faz presente nas lutas políticas em defesa das causas coletivas do povo brasileiro e dos direitos da classe trabalhadora.

A luta histórica da “ADUA, veia de guerra” sempre conjugou e conjuga, de forma emancipatória, a luta corporativa da categoria docente da Universidade Federal do Amazonas à luta classista das trabalhadoras e dos trabalhadores. Internacionalismo e solidariedade de classe nunca saíram de sua pauta.

O conjunto de Notas Públicas, do biênio 2020-2022, aqui apresentado, manifesta que a ADUA se faz em Notas e Atos, no texto e no contexto das lutas históricas. Fiel à tradição materialista da história e da dialética que orienta sua práxis desde a fundação, em 1979, a ADUA sempre imprimiu e imprime luta ao tempo, porque é no tempo que o ser social constrói sua formação humana. A verdade das Notas se constrói no tempo e no espaço dos Atos da luta histórica.

Se o ANDES-SN é a nossa Universidade Nacional da Militância, a ADUA – Seção Sindical é um Campus Avançado dessa Universidade Maior. Sem investir na organização e consciência de classe, a luta anticapitalista da classe é travada e o horizonte do socialismo é tragado pelo abismo da barbárie. Na luta que segue em Notas e Atos, vida fecunda à ADUA – Seção Sindical.

*José Alcimar de Oliveira*

## PANDEMIA DA COVID-19

*Odeio os indiferentes. A indiferença é o peso morto da história*

*Antonio Gramsci*

Neste momento em que a pandemia da Covid-19 grassa em todo território nacional, mas em especial no Estado do Amazonas, trazendo sofrimento e morte em série para a população, sobretudo os empobrecidos e povos indígenas, provocada pela insegurança sanitária e agravada pela omissão e falta de compromisso político dos governantes, a ADUA vem a público para:

01. Solidarizar-se com os servidores da UFAM (técnico-administrativos, professores e alunos) que perderam e continuam a perder parentes e amigos de trabalho de nossa instituição em decorrência da pandemia de Covid-19, ao mesmo tempo em que expressa igual solidariedade à população desassistida pelo Estado em todo o Amazonas;

02. Denunciar a gravíssima omissão institucional das autoridades no âmbito federal, estadual e municipal que, mesmo dispondo de meios e poder, negligenciam, de forma criminoso e injustificável, sua obrigação de garantir à população o direito constitucional à saúde e integridade da vida;

03. Responsabilizar o Estado brasileiro, na pessoa de seu governante maior, por negligenciar e sabotar as medidas sanitárias preconizadas pela Organização Mundial da Saúde para conter a tragédia humana e social da pandemia em curso, cujos efeitos mais devastadores se dão entre os socialmente mais vulneráveis: povos indígenas, população negra e classe trabalhadora, de modo especial os trabalhadores desempregados e os que sobrevivem da informalidade;

04. Declarar que a vida humana tem precedência sobre a economia. Nenhum teto de gastos se justifica diante do genocídio em

curso. O Brasil dispõe de reservas financeiras suficientes para garantir renda mínima para sua população enquanto perdurar a fase aguda da pandemia e não se concluir a vacinação. Sem isso será impossível viabilizar as medidas de isolamento social, fechamento (lockdown) e suspensão de atividades não essenciais;

05. Exigir, de forma emergencial: a) vacinação já para todos; b) suspensão imediata das provas do ENEM; c) intervenção temporária, por parte do Estado, para que a estrutura de serviços de saúde da rede privada seja posta a serviço de toda a população e sob o controle do SUS; d) isenção temporária das taxas de água e energia das famílias dos trabalhadores desempregados, subempregados e informais; e) direcionar a estrutura produtiva industrial para o enfrentamento da pandemia; f) renda mínima já;

06. Propor a construção de uma frente emergencial de ação com a presença de movimentos, associações, partidos, igrejas, instituições, sindicatos, centrais sindicais para coletivamente, de forma solidária e classista, enfrentar a pandemia e denunciar a necropolítica da burguesia e ultraburguesia, com seus ataques aos direitos sociais e desmonte dos serviços públicos;

07. Afirmar, por fim, que nossa ADUA, Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional, não arredará um palmo de sua luta em defesa dos serviços públicos, da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Em memória dos que tombaram na luta, dizemos: INIMIGOS DA VIDA, NÃO PASSARÃO! Esta luta é nossa e de cada indivíduo coletivo.

Manaus (AM), 13 de janeiro de 2021

## **PELA VIDA E CONTRA O DESCASO DAS AUTORIDADES EM PARINTINS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19. NOTA DA ADUA E DOCENTES DO ICSEZ/UFAM**

Vivemos a maior crise sanitária dos últimos 100 anos no mundo. A pandemia de COVID-19 já matou, só no Brasil, em números oficiais, mais de 220 mil pessoas. Uma tragédia de proporções catastróficas. O Governo Federal, sobretudo o Ministério da Saúde, tem agido de forma omissa e, em muitos casos, criminosa. O presidente da república, durante todo o ano de 2020, fez pouco caso da pandemia, incentivou aglomerações e a não utilização de máscaras protetoras, além do uso de medicação “preventiva” não comprovada cientificamente e rechaçada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Além disso, a suspensão do auxílio emergencial e a inexistência de uma política de renda mínima para as pessoas mais vulneráveis tem levado a fome e ao desespero milhares de famílias, uma tragédia anunciada.

No Amazonas, além da crise sem precedentes potencializada pelo Governo Federal, uma sucessão de erros, omissões, má gestão, denúncias de irregularidades e indiferença para com o sofrimento da população, fez com que o Estado chegasse, em dados de hoje, ao triste número de mais de 7.000 mortos, além de mais de 250.00 contaminados. As cenas traumáticas dos enterros coletivos nos cemitérios de Manaus ainda estão vivas, sobretudo para as famílias que perderam seus entes queridos e que nunca mais poderão vê-los. Não bastasse tudo isso, uma “segunda onda” de contaminações – prevista insistentemente por uma série de pesquisadores(as) de institutos e universidades públicas – mostra um grande aumento no número de contaminações, além de uma maior letalidade do vírus.

O auge da crise pandêmica no Amazonas parece não ter fim. No início de 2021, a tragédia se amplia e nos enche de indignação: falta oxigênio para pacientes de COVID-19 no Estado. Dezenas de pessoas morreram asfixiadas nos hospitais, uma barbárie com requintes

de crueldade. De quem é a responsabilidade por essas mortes? Onde estão as medidas concretas das autoridades competentes? Governo Federal? Governo Estadual? Municípios? Assumam sua responsabilidade!

Vivemos tempos sombrios e em Parintins, segunda maior cidade do estado, a situação não é diferente, com dados oficiais de mais de 7 mil casos confirmados e 181 falecimentos em decorrência da COVID-19. O município, com mais de 110 mil habitantes, não possui Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) em nenhum de seus hospitais. Em denúncia feita pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DEP-AM), divulgada nesse domingo (24/01), já há pessoas morrendo asfixiadas por falta de oxigênio em sua principal unidade hospitalar de referência, o hospital Jofre Cohen, que está lotado e não possui mais leitos disponíveis.

No último dia 16/01 o prefeito de Parintins, Frank Bi Garcia, anunciou a aquisição de uma "fábrica de oxigênio" que estaria funcionando em 48h. O que revelou não ser suficiente. Com a rede de atendimento lotada e os profissionais da saúde exaustos, adoecidos, em número reduzido e em condições precárias, juntamente com a ausência de uma política mais restritiva de circulação de pessoas (lockdown), acrescentada a um número cada vez maior de contaminações, prevemos uma "tragédia dentro da tragédia" na cidade conhecida nacionalmente pelo maior festival folclórico da Região Norte se medidas emergenciais e concretas não forem feitas. Exigimos uma imediata resposta das autoridades competentes, sobretudo Prefeitura de Parintins e Governo do Estado do Amazonas, em relação as denúncias feitas nesse documento.

Parintins (AM), 24 de janeiro de 2021

## **NENHUMA VIDA A MENOS. NOTA PÚBLICA AO CONSEPE/UFAM**

### *Magnífico Reitor, Senhoras Conselheiras e Senhores Conselheiros*

01. Ao tomar ciência da convocação extraordinária desse Conselho para deliberar sobre a Minuta de Resolução com diretrizes para a retomada das atividades do ensino de Graduação e o Calendário Acadêmico do ano letivo de 2021, trazemos ao conhecimento dos (as) senhores (as) a presente NOTA PÚBLICA discutida e aprovada pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - ADUA – Seção Sindical, em Assembleia Geral da categoria realizada no dia 03 de fevereiro de 2021.

02. Inicialmente o nosso Sindicato manifesta sua solidariedade com os (as) servidores (as) da UFAM (técnicos(as)-administrativos(as) e docentes), bem como com nossos(as) discentes, que perderam e continuam a perder parentes e amigos de trabalho de nossa instituição em decorrência da pandemia de Covid-19 e de seu agravamento ao longo de janeiro de 2021. Igual solidariedade expressamos à população desassistida e socialmente vulnerabilizada de Manaus e dos demais municípios do Estado do Amazonas, vítima da negligência institucional nos âmbitos municipal, estadual e federal.

03. O Brasil nesse momento já convive com uma segunda onda da Covid-19, com exponencial crescimento de vítimas fatais e de contaminação. O país não dispõe de vacina suficiente para imunizar sua população e não há perspectiva em curto prazo de vacinação em massa nos próximos oito meses. Além da injustificável falta de cobertura vacinal, estamos diante de um governo negacionista, que promove o ódio à ciência e teima em sabotar as medidas sanitárias, especialmente as de distanciamento físico, preconizadas pela Organização Mundial de Saúde para conter a tragédia humana e social da pandemia em curso. É impossível salvaguardar a economia sem preservar a vida, que tem precedência sobre quaisquer ações, valores e direitos do ser social, inclusive o direito à educação. Tudo, de algum modo, é reversível, menos a vida perdida.

04. Nesse quadro pandêmico, avassalador, é preciso dizer que no Amazonas, mormente em Manaus, estamos em meio a uma tragédia humana e social, cujos efeitos são mais devastadores entre a população mais vulnerabilizada, como os povos indígenas, a população negra e a classe trabalhadora, de modo especial os (as) trabalhadores (as) desempregados (as) e os (as) que sobrevivem da informalidade.

05. Os demais estados brasileiros e o mundo não fazem ideia do janeiro da morte que, neste 2021, transformou Manaus, a mais importante cidade da Amazônia Ocidental, na capital asfixiada e mundial da pandemia de Covid-19. Como é possível morrer sem poder respirar por falta criminosa de oxigênio ao lado de um Polo Industrial dos mais ricos do Brasil? Tão grave quanto a injustificável e criminosa falta de oxigênio é verificar o silêncio e a omissão das autoridades nas diversas esferas de poder.

06. Magnífico Reitor e senhores (as) conselheiras (as): a considerar o agravamento do quadro sanitário em Manaus e em todo o Amazonas, com o aumento crescente e descontrolado de contágio e de mortes, que nos fragiliza a todos (as) e nos aterroriza, combinado a esse quadro de tragédia à incúria governamental, reputamos como temerário discutir e deliberar, nesse momento assaz crítico, a retomada das atividades de ensino e a definição do Calendário Acadêmico desse ano de 2021.

07. Até o presente momento, a Universidade não tem um diagnóstico conclusivo sobre as condições sanitárias indispensáveis para a retomada das atividades de ensino, nem fez uma avaliação do Ensino Remoto Emergencial (ERE), autorizado pela Resolução nº 003, de 12 de agosto de 2020, que aprovou o seu Regulamento e o Calendário Acadêmico Especial 2020. A Comissão de Avaliação do Ensino Remoto Emergencial (CAERE), foi Constituída pela Portaria nº 3 de 22 de janeiro de 2021. Além do mais, não se levou em conta a precariedade das condições de vida da grande maioria dos estudantes, em Manaus, e de modo mais dramático nos campi fora da

sede da UFAM, sobretudo em relação à infraestrutura midiática para acessar e acompanhar atividades de ensino na modalidade remota.

08. A retomada das atividades de ensino da UFAM, tanto na modalidade remota quanto híbrida, deve, necessariamente, levar em consideração o atual momento de intensificação da tragédia pandêmica no Amazonas e em Manaus. É preciso reconhecer que o trabalho, seja remoto ou híbrido, não prescinde de mentes e braços humanos. A cada dia somos assaltados com notícia de morte de um colega de trabalho, de um parente, de um amigo. Servidores (as) técnicos(as)-administrativos (as), docentes e discentes, estamos todos (as) abalados (as), confinados (as) pelo medo, expostos ao imponderável, impedidos de agir e institucionalmente desamparados. O Amazonas respira o ar da morte nesse início de 2021.

09. Por fim, cabe-nos lembrar que neste 2021, em razão do agravamento da pandemia de Covid-19, o Enem foi adiado no Amazonas e não há registro de que de março de 2020, quando a Ufam suspendeu o Calendário Acadêmico, até agora, fevereiro de 2021, tenha ocorrido um arrefecimento da tragédia humana e social em curso. O quadro atual, em que se quer retomar as atividades de ensino, é ainda mais grave do que o registrado no início de 2020, que obrigou a Ufam a suspender as atividades dos dois semestres letivos.

10. Por força desse quadro, de incerteza no tempo imediato e sem perspectiva de regressão da pandemia no curto e médio prazo, em que precisamos respirar, tentar recompor a integridade física e mental e viver o luto de tantas perdas, julgamos humano e prudente adiar temporariamente a deliberação sobre a retomada do ensino e a definição do Calendário Acadêmico do ano de 2021.

Manaus (AM), 03 de fevereiro de 2021

## Diretoria da ADUA (biênio 2020-2022)

Asscom: ADUA/Sue Anne Cursino



Ana Lúcia Silva Gomes (presidente)



José Alcimar de Oliveira (2º vice-presidente)

Asscom: ADUA/Sue Anne Cursino



Maria Rosária do Carmo (1ª secretária)



Valmiene Florindo F. Sousa (2ª secretária)

## Diretoria da ADUA (biênio 2020-2022)

Ascorm ADUA/Sue Anne Cursino



Elciclei Faria dos Santos (2ª tesoureira)

Ascorm ADUA/Sue Anne Cursino



Antônio José Vale da Costa (1º tesoureiro)



Aldair Oliveira de Andrade (1º vice-presidente)

Ascorm ADUA/ Sue Anne Cursino

## **“DEVIR” INTERNACIONAL DAS MULHERES TRABALHADORAS**

Em meio à tragédia da pandemia de Covid-19, agravada pela omissão criminosa do Estado brasileiro, a ADUA-Seção Sindical – por meio de sua diretoria e das mulheres professoras e militantes – se solidariza à luta coletiva das mulheres trabalhadoras, desempregadas, subempregadas, das que sobrevivem da informalidade, das mulheres negras e indígenas, das mulheres vítimas do machismo, do feminicídio, das opressões que se multiplicam sob a subjetividade social capitalista.

Preferimos falar em Devir Internacional da Luta das Mulheres Trabalhadoras, não em Dia da Mulher, data sempre capitalizada pelo mercado, do ritual de dar e receber presentes vazios, da indução culposa e compensatória à felicidade reificada pelo tempo do consumo, sem alma, sem vida e assepsiado da luta. Falar, sim, em devir porque aponta para o movimento para o tornar-se. O devir dialetiza o dia, o antecede e sucede, escapa à fixação temporal administrada pelo tempo do capital. O tempo do devir é o tempo da luta, da vida, da afirmação de direitos e da negação de privilégios.

Por isso, nós, mulheres, professoras e militantes da ADUA desejamos vida longa à LUTA no Devir Internacional das Mulheres Trabalhadoras, porque somente na luta é que conquistamos DIREITOS.

Manaus (AM), 08 de março de 2021

## **NOTA DE REPÚDIO. NÃO NOS CALARÃO. DITADURA E MORDAÇA, NUNCA MAIS!**

A Diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA – Seção Sindical do ANDES-SN) manifesta o seu mais veemente repúdio ao autoritarismo e à atitude arbitrária de empresários e do governo do Estado do Amazonas que, de forma atentatória às liberdades constitucionalmente garantidas, pressionaram a empresa de outdoor contratada pela Central Sindical Popular Conlutas (CSP-Conlutas) a retirar as placas da campanha “SOS Amazonas: em defesa da vida e do Brasil”, da qual a ADUA participa. A campanha exige vacina para todos e todas, auxílio emergencial para a população socialmente vulnerabilizada e urgente lockdown, sem o que a tragédia social e o genocídio decorrente da pandemia da Covid-19 irão se somar à mortandade pela fome que já atinge milhares de famílias em todo o país.

O Brasil é um Estado Democrático de Direito, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, cujo inciso IX do Art. 5º garante que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.

Na defesa constitucional do Estado Democrático de Direito, em defesa da vida, dos direitos e das garantias fundamentais.

Manaus (AM), 19 de março de 2021

## **NOTA DE REPÚDIO DA ADUA: DITADURA E MORDAÇA NUNCA MAIS!**

*Não à falsificação da história. Não ao apagamento da memória. Em defesa do Estado Democrático de Direito e dos Direitos assegurados na Constituição Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988. Ditadura e mordaza nunca mais!*

A Diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA - Seção Sindical do ANDES-SN), manifesta o seu mais veemente repúdio à iniciativa de se comemorar, sob farsa de evento cívico, o golpe empresarial-militar de primeiro de abril de 1964.

Como comemorar um regime que afrontou e interrompeu a já incipiente construção de uma República que até hoje, 2021, ainda não garantiu ao povo brasileiro a efetivação dos direitos sociais formalmente inscritos na Constituição de 1988?

Morte, tortura, violação dos direitos humanos, banimento, exílio, censura e repressão não podem ser objetos de comemoração. O que se deve comemorar e fortalecer é a volta do país aos caminhos da democracia. Não podemos retroceder de direitos duramente conquistados.

Em defesa do direito à memória e à verdade dos mortos insepultos e em respeito à dor de seus familiares, que nada têm a comemorar do regime de exceção implantado em 1964; em respeito às mais de 300 mil vidas tragadas pela pandemia de Covid-19, sobretudo das classes subalternizadas, dos povos indígenas e da população negra; em defesa dos serviços e servidores públicos, notadamente da saúde e da educação; em defesa da Universidade Pública, da vacinação já para todos e da ajuda emergencial aos vulnerabilizados pelo desemprego, digamos sim à vida. Ditadura e mordaza nunca mais!

Manaus (AM), 31 de março de 2021

## **LUTA E RESISTÊNCIA, HOJE E SEMPRE. DIA NACIONAL DE LUTA DOS POVOS INDÍGENAS**

Neste dia 19 do abril vermelho de 2021, o Brasil que não transige com a barbárie em curso nem cede aos apelos do que Paulo Freire denominava de “apetite burguês do êxito pessoal”, nossa ADUA – Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional, traz à memória as últimas palavras escritas pelo educador maior deste país, no ano centenário de seu nascimento: Paulo Freire (19 de setembro de 1921 – 02 de maio de 1997), quando soube do assassinato, em Brasília-DF, do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, queimado vivo numa parada de ônibus por cinco adolescentes. Galdino tinha ido à fria e burocrática capital federal para participar da luta coletiva dos povos indígenas naquele 19 de abril de 1997.

Já com a saúde física debilitada – pois viria a falecer alguns dias depois, em 02 de maio de 1997 – Paulo Freire, tomado por indignação ética, buscou força interior para escrever uma carta, que depois integraria o livro póstumo Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos, publicado em 2000. Esta carta, a terceira do livro, intitula-se: Do assassinato de Galdino Jesus dos Santos – índio pataxó, cujo parágrafo inicial reproduzimos nesta Nota de Luta e Resistência:

Cinco adolescentes mataram hoje, barbaramente, um índio pataxó, que dormia tranquilo numa estação de ônibus, em Brasília. Disseram à polícia que estavam brincando. Que coisa estranha. Brincando de matar. Tocaram fogo no corpo do índio como quem queima uma inutilidade. Um trapo imprestável. Para sua crueldade e seu gosto de morte, o índio não era um tu ou um ele. Era aquilo, aquela coisa ali. Uma espécie de sombra inferior no mundo. Inferior e incômoda, incômoda e ofensiva.

O Brasil de 2021 está sob uma combinação política cuja “crueldade e seu gosto de morte” naturaliza em números es-

tatísticos, vidas, histórias e nomes a cada dia tragados pela pandemia de Covid-19, agravada pela negligência criminosa dos que podem e se omitem diante do genocídio em curso. Dentre os mais vulnerabilizados por essa tragédia social estão os povos indígenas e é deles, ao retirarem força da vida em constante ameaça, que nos vem o que falta a nós e à maioria do povo brasileiro: organização, coragem e resistência.

Vidas importam! Vidas indígenas importam! Nenhum direito a menos! Vida longa à luta e resistência dos povos indígenas!

Manaus (AM), 19 de abril de 2021

## Fatos e Fotos

Sintesam/Divulgação



ADUA participa de protesto contra o título de cidadão amazonense entregue ao presidente Jair Bolsonaro, em Manaus, no dia 23 de abril de 2021

Arquivo Pessoal



Docentes recebem kit especial da ADUA "Amar e Mudar as Coisas..." em maio de 2021

Arquivo Pessoal



Docente registra vacinação contra a Covid-19

## Fatos em Fotos

ICSEZ/Valmiene Flofindo



Em Parintins (AM), docentes protestam em defesa de vacina e contra a fome, o desemprego, a miséria e a carestia, no Dia Nacional de Mobilização pelo Fora Bolsonaro e Mourão, em 29 de maio de 2021

IEAA/André Bordinhon



Docentes e estudantes em Humaitá (AM) realizaram ato no dia 29 de maio de 2021

## **NOTA DE REPÚDIO: EM LUTO LUTAMOS PELO AMAZONAS**

A Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) resolveu insultar a população amazonense ao aprovar a concessão do título de cidadão amazonense ao presidente Jair Bolsonaro, num desrespeito aos critérios estabelecidos pela própria instituição para conceder tal honraria. Manaus e o Estado do Amazonas foram manchetes no Brasil e nos noticiários do mundo inteiro pelo descaso das autoridades em relação à pandemia de Covid-19, em que pessoas morreram asfixiadas por falta de oxigênio hospitalar, além de várias outras calamidades, como falta de medicamentos utilizados em pacientes entubados, falta de leitos hospitalares e de UTI, resultado de negligência e atitude criminosa às quais se somaram a orientação irresponsável dada pelo Ministério da Saúde para utilização de medicamentos não comprovados cientificamente em pacientes com Covid-19.

Os senhores deputados e as senhoras deputadas de costas para o sofrimento da população amazonense se julgam no direito de homenagear um algoz do povo, quando deveriam trabalhar para minimizar o sofrimento das famílias que perderam seus entes neste genocídio, quando deveriam buscar alternativas econômicas como auxílio emergencial para as famílias desempregadas que passam sérias necessidades, quando deveriam buscar formas de acelerar a vacinação da população. Agindo contra o povo, de forma acintosa, essas autoridades, descaradamente, resolveram bajular o presidente da república, o maior responsável por toda essa tragédia, concedendo-lhe o título de cidadão amazonense. Diante do absurdo que significa a concessão de tal honraria ao algoz do povo, a ADUA - Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas e a CSP-Conlutas, vêm a público expressar o seu mais veemente repúdio contra essa ofensa a todas e todos amazonenses e exigir em nome da dignidade do nosso povo que a Aleam cancele imediatamente essa homenagem ao genocida.

Fora Bolsonaro e Mourão, já!

Manaus (AM), 21 de abril de 2021

## **CONTRA A POLÍTICA DE EXTERMÍNIO DA POPULAÇÃO NEGRA (A PELE RACISTA DA JUSTIÇA BURGUESA)**

A Diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas – ADUA (Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional) manifesta o seu mais veemente repúdio à política de extermínio protagonizada pelo Estado, com suas marcas de sangue, na comunidade de Jacarezinho, na zona norte do Rio de Janeiro, na manhã do dia 06 de maio de 2021. Não há limite para o pior quando o pior se converte em critério da ação política. Quantas vidas são necessárias para que a política da morte produza mais uma chacina? As 25 vidas matadas, oficialmente confirmadas, na chacina de Jacarezinho indicam algum limite?

Mais do que um lugar no mapa do Brasil, Jacarezinho é a topografia cruel da barbárie social em que vivem os socialmente vulnerabilizados, como sobrantes das políticas públicas do Estado brasileiro: povos indígenas, população negra, população de rua, população carcerária, desempregados, subempregados, os milhões que sobrevivem da informalidade.

Teremos que admitir que a chamada Constituição Cidadã, de 1988, virou letra morta? Configura crime gritar pelo direito à vida nela formalmente garantido? Numa América Latina historicamente vampirizada pela barbárie real e visível das mãos invisíveis do capital genocida, Brasil e Colômbia são hoje o retrato mais acabado do poder do Estado capturado pela geopolítica do crime e da destruição. Até quando o silêncio?

Em defesa da vida, dos direitos e das garantias fundamentais.

Manaus (AM), 07 de maio de 2021

## **SOLIDARIEDADE CLASSISTA AOS TRABALHADORES E ÀS TRABALHADORAS DA EDUCAÇÃO E DE REPÚDIO À IRRESPONSABILIDADE DOS GOVERNANTES**

*É possível que em nosso país nem tudo ande como deveria andar. Mas ninguém pode negar que a propaganda é boa. Mesmo os famintos devem admitir que o Ministro da Alimentação fala bem (Bertolt*

*Brecht, Necessidade da propaganda)*

A Diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA - Seção Sindical do ANDES–Sindicato Nacional) vem a público:

01. Expressar a sua solidariedade classista à GREVE SANITÁRIA e à luta destemida dos TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS da EDUCAÇÃO do estado do Amazonas em defesa da vida e da saúde e contra o retorno do ensino presencial enquanto não se garantir o direito de todos e todas à vacina anticoronavírus;

02. Manifestar o seu mais veemente repúdio à decisão irresponsável dos governantes de retomada do ensino presencial sem as mínimas e constitucionais garantias (artigos 5º, 6º e 196) de proteção à vida e à saúde da categoria docente, dos (as) estudantes e demais servidores e servidoras da educação;

03. Conclamar a todos e todas a não recuar um só passo na luta coletiva pela defesa constitucional do Estado Democrático de Direito, em defesa da vida, dos direitos e das garantias fundamentais. Vacina para todos, Já!

**SOMENTE A LUTA MUDA A VIDA!**

Manaus (AM), 11 de junho de 2021

## **UFAM: RETOMAR AS ATIVIDADES E SEGUIR NA LUTA CONTRA O DESMONTE DO ESTADO BRASILEIRO**

*Nossos inimigos dizem:  
A luta terminou.  
Mas nós dizemos:  
Ela começou.  
Nossos inimigos dizem:  
A verdade está liquidada.  
Mas nós dizemos:  
Nós a sabemos ainda.  
Nossos inimigos dizem:  
Mesmo que ainda  
Se conheça a verdade  
Ela não pode mais  
Ser divulgada.  
Mas nós a divulgamos.  
É a véspera da batalha.  
É a preparação de nossos  
Quadros.  
É o estudo do  
Plano de luta.  
E o dia antes da queda  
De nossos inimigos.*

*Bertolt Brecht ,NOSSOS INIMIGOS DIZEM*

Neste dia 10 de agosto de 2021, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) retoma, ainda de forma remota, as atividades do calendário acadêmico do semestre de 2020/02, suspenso por força da pandemia de covid-19, cujas consequências no Brasil e no Amazonas foram agravadas pela política da morte promovida pelas instâncias de governo nos níveis federal, estadual e municipal. O Estado brasileiro consorciou-se ao poder devastador do vírus. Para quem resistiu e continua na resistência ao arbítrio e ao desmonte de direitos,

nenhuma morte é número. Para nós, cada vida perdida tem nome. E continuaremos a falar por eles e por elas. Pelas vidas que nos foram subtraídas.

Não voltamos à normalidade que nunca houve, mesmo antes da pandemia. Continuamos em ritmo de barbárie e sob Estado de Exceção. Nenhuma vida a menos! Nenhum direito a menos! Nem um passo atrás! Cada colega servidor(a), docente e técnico(a)-administrativo(a), discente e funcionário(a) terceirizado(a) da UFAM que sofreu a perda de um familiar, parente ou colega, terá em nós, da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA – Seção Sindical do ANDES-SN), a solidariedade classista e humana. Não nos calarão!

Onde estão as instituições da República? Seguirão omis-sas diante das seguidas agressões ao Estado Democrático de Direito? Terá a ordem do crime e da destruição adquirido estatuto de lei e tornado letra morta a chamada Constituição Cidadã de 1988? Configura crime gritar pelo direito à vida nela formalmente ainda garantido? A UFAM, como instituição federal e pública de ensino, deve ser para cada docente um espaço de afirmação e de defesa dos direitos coletivos, notadamente do sagrado direito à educação.

Neste 2021, no centenário de nascimento de Paulo Freire, e aos 50 anos da morte (em circunstâncias nunca explicadas) de Anísio Teixeira, é um dever de cidadania educativa trazer à memória coletiva a vida e a práxis desses dois grandes educadores. Não podemos permitir nem o esquecimento fabricado nem os ultrajes da ignorância arrogante sobre a trajetória intelectual de Paulo Freire e Anísio Teixeira, dois brasileiros que imprimiram em suas vidas a defesa do direito das classes oprimidas à educação, da educação pública como direito e jamais como privilégio.

Somente a luta muda a vida. Somente a grande luta muda a história. Em defesa da vida socialmente vulnerabilizada; em defesa da classe que vive do trabalho e produz riqueza; em defesa dos(as) empobrecidos(as), dos povos indígenas, da população negra, das mulheres vítimas do machismo e do feminicídio, da população de rua, da população carcerária, dos (as) subempregados (as), dos (as) milhões de brasileiros(as) que sobrevivem da informalidade. Em defesa dos direitos e das garantias fundamentais formalmente constitucionalizadas!

Manaus (AM), 09 de agosto de 2021

## Fatos e Fotos

ICET



Em Itacoatiara (AM), discentes e docentes do ICET participam de mobilização nacional, no dia 24 de julho, em defesa da demarcação das Terras Indígenas e pelo Fora Bolsonaro

Ascorm da ADUA/Daisy Melo



"De Luto na Luta": Em caminhada no Centro de Manaus, manifestantes protestam no Ato Nacional pelo Fora Bolsonaro e Mourão, no dia 24 de julho de 2021

Ascorm da ADUA/Daisy Melo



Em Manaus, docentes se reúnem em ato nacional pelo Fora Bolsonaro e Mourão, na Praça da Saudade, no dia 3 de julho de 2021

## Fatos e Fotos

Ascom da ADUA/Sue Anne Cursino



No 7 de setembro de 2021, docentes participam do 27º Grito dos Excluídos e das Excluídas, no Largo do Mestre Chico, no Centro de Manaus

De setembro a dezembro de 2021 a ADUA participou da Jornada de Lutas pela demarcação da Contrarreforma Administrativa (PEC 32), em Brasília



Ascom da ADUA/Sue Anne Cursino

Ascom da ADUA/Sue Anne Cursino



Em Manaus, a Praça da Polícia foi palco de manifestação no Dia da Consciência Negra, 20 de novembro de 2021. A ADUA esteve presente na luta, somando forças em defesa do povo negro e pelo Fora Bolsonaro

## **NOTA DE REPÚDIO À DECLARAÇÃO DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO, MILTON RIBEIRO**

O Egrégio Conselho Universitário da Universidade Federal do Amazonas (Consuni/Ufam), reunido ordinariamente em 16 de agosto de 2021, aprovou, por maioria de votos e após um amplo debate, MOÇÃO DE REPÚDIO à infeliz declaração do Ministro da Educação, Milton Ribeiro, que, no dia 09 de agosto de 2021, em entrevista à TV Brasil, defendeu que as Universidades deveriam ser para poucos.

Com esta míope visão da Universidade Pública, o Ministro da Educação reforça um discurso negacionista, de ataque à natureza pública da educação superior oferecida pelas Instituições de Ensino. O ministro precisa e deve reconhecer que é na pesquisa e no conhecimento produzidos pelas Instituições Públicas de Ensino que o Brasil pode afirmar sua soberania como nação.

As Universidades Públicas brasileiras têm desempenhado papel fundamental na sociedade e são responsáveis por avanços significativos em diversos campos do conhecimento humano. Atualmente, desempenham inúmeras pesquisas relativas ao coronavírus, além de estarem na linha de frente no combate à pandemia da covid-19, o que tem feito diferença na vida de brasileiras e brasileiros. A Universidade pública, laica, gratuita, socialmente referenciada e para todas e todos é o mais importante patrimônio institucional do Brasil.

Manaus (AM), 16 de agosto de 2021

## **EM DEFESA DO SAGRADO DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS À TERRA E À VIDA. CONTRA O PL 490 DO MARCO TEMPORAL**

*Art. 231 da Constituição Federativa do Brasil: São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.*

A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA - Seção Sindical do ANDES-SN), manifesta, por meio de sua Diretoria, a solidariedade e o apoio à heroica luta e resistência dos povos indígenas do Brasil, de modo especial aos parentes acampados em Brasília (DF), em agosto/setembro de 2021, para barrar mais um crime que o Estado brasileiro intenta contra seus direitos à terra e à vida.

A ADUA sente-se na obrigação de perguntar: onde estão as instituições da República? Seguirão omissas diante das seguidas agressões ao Estado Democrático de Direito? Terá a ordem do crime e da destruição adquirido estatuto de lei e tornado letra morta a chamada Constituição Cidadã de 1988? Configura crime lutar para impedir retrocessos de direitos conquistados?

A luta dos povos indígenas é nossa, de todo o povo brasileiro, sobretudo do Amazonas, onde vive e resiste a maior concentração de etnias do Brasil. O Projeto de Lei 490, em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e conhecido como PL do Marco Temporal, defendido pelos ruralistas e pelo governo, é acintoso para o conjunto dos povos indígenas do Brasil. Ao reconhecer como terras indígenas apenas aquelas definidas até 05 de outubro de 1988, com a promulgação da Constituição, este Projeto é mais um crime que o capital comete contra o direito à terra e à vida dos habitantes originários do Brasil.

Se o STF ceder a este acinte irá transferir sua missão maior de guardião da Constituição para o controle do grande capital e de seus prepostos: ruralistas, madeireiros, mineradoras e agronegócio. Em defesa do Brasil como país para todos e todas. Em defesa da Mãe Terra e da Vida dos Povos Indígenas. Não ao Marco Temporal. Demarcação Já! Somente a luta muda a vida. Somente a grande luta muda a história.

Em defesa da vida socialmente vulnerabilizada; em defesa da classe que vive do trabalho e produz riqueza; em defesa dos empobrecidos e empobrecidas, dos povos indígenas, da população negra, das mulheres vítimas do machismo e do feminicídio, da população de rua, da população carcerária, dos subempregados e das subempregadas, dos desempregados e das desempregadas, dos milhões de brasileiros e brasileiras que sobrevivem da informalidade. Em defesa dos direitos e das garantias fundamentais formalmente constitucionalizadas!

Manaus (AM), 29 de agosto de 2021

## **EM DEFESA DA VIDA DOS(AS) SUBALTERNIZADOS(AS), EM DEFESA DA CONSTITUIÇÃO E DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

*Art. 1º da Constituição Federativa do Brasil: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direitos (...).*

A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas – ADUA (Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional), diante dos arroubos autoritários em curso e das ameaças aos direitos conquistados pela classe que vive do trabalho e produz riqueza, vem manifestar, por meio de sua Diretoria, sua irrestrita defesa da democracia, das garantias constitucionais asseguradas ao povo brasileiro, notadamente dos objetivos fundamentais expressos no Art. 3º da Lei Maior do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação.

A ADUA sente-se na obrigação de perguntar: onde estão as instituições da República? Seguirão omissas diante das seguidas agressões ao Estado Democrático de Direito? Terá a ordem do crime e da destruição adquirido estatuto de lei e tornado letra morta a chamada Constituição Cidadã de 1988? Configura crime lutar para impedir retrocessos de direitos conquistados?

Manifestamos nesta Nota que também é nossa a luta por direitos à vida digna da classe trabalhadora, dos excluídos (as), ou perversamente incluídos (as) e explorados (as) pela autocracia burguesa que controla o Estado brasileiro. Como também é nossa a luta dos povos indígenas, sobretudo do Amazonas, onde vive e resiste a maior concentração de etnias do Brasil. O Projeto de Lei (PL) 490/2007, em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) neste setembro de 2021 e conhecido como PL do Marco Temporal, defendido pelos ruralistas e pelo governo, é acintoso para o conjunto dos povos indígenas do Brasil. Ao restringir a demarcação das terras indígenas apenas àquelas ocupadas até 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição, o PL 490 é mais um crime que o projeto do capital comete contra o direito à terra e à vida dos (as) habitantes originários (as) do Brasil.

Ao mesmo tempo em que defendemos um STF livre de mordanças e de interferências sobre sua missão de guardar e interpretar a Constituição, também afirmamos, no caso do julgamento do PL 490, que negar aos povos indígenas o direito à terra e à vida, como propõe o Marco Temporal, significa que a Suprema Corte estará transferindo sua missão maior de guardião da Constituição para o controle do grande capital e de seus prepostos: ruralistas, madeireiros, mineradoras e agronegócio.

Somente a luta muda a vida. É na luta que a luta se fortalece. Somente a grande luta muda a história. Em defesa do Brasil como país para todos e todas. Em defesa da Mãe Terra e da Vida dos Povos Indígenas. Não ao Marco Temporal. Demarcação Já! Em defesa da vida socialmente vulnerabilizada; da classe que vive do trabalho e produz riqueza; dos empobrecidos (as), da população negra, das mulheres vítimas do machismo e do feminicídio, das vítimas de preconceito e violência em razão de sua orientação sexual, política, religiosa, da população de rua, da população carcerária, dos subem-

pregados (as), dos desempregados (as), dos milhões de brasileiros (as) que sobrevivem da informalidade.

É impossível conjugar comemoração patriótica da Independência do Brasil com a ação de um Estado que sonega à maioria de seu povo direitos fundamentais como o direito à vida, à saúde, à educação, à moradia, ao saneamento básico, à segurança e criminaliza as organizações e manifestações democráticas do povo contra a opressão dos aparatos do Estado burguês. Becos, ruas e praças pertencem ao povo. Em defesa dos direitos e das garantias fundamentais formalmente constitucionalizadas!

Manaus (AM), 07 de setembro de 2021

## **15 DE OUTUBRO DE 2021: SEGUIR NA LUTA EM DEFESA DA CATEGORIA DOCENTE E DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL DO POVO BRASILEIRO**

*O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo*

*(Paulo Freire)*

Nossa ADUA, Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional, que nasceu como associação dos docentes da Universidade do Amazonas em 1979, e em 1990 se consolidou como sindicato para defender a categoria docente, vem reafirmar, por meio de sua Diretoria, neste dia 15 de outubro de 2021, a defesa da dignidade e da vida de cada professora e de cada professor da Universidade Federal do Amazonas.

15 de outubro para nossa categoria docente, mais do que um dia celebrativo, é DIA DE LUTA. Como o nosso educador maior, Paulo Freire (1921-1997), Patrono da Educação Brasileira, cujo centenário de nascimento comemoramos neste 2021, também afirmamos a educação como prática dialógica e coletiva da liberdade. Os opressores não passarão. Vivem num presente sem futuro. Nós seguiremos firmes, professoras e professores, porque lutamos no presente e jamais cederemos o futuro aos que nos querem roubar vida e dignidade.

Somos servidores públicos e servidoras públicas do Estado brasileiro e não serviais de governos. Não lutamos por privilégios. Exigimos apenas que respeitem e reconheçam o valor do nosso trabalho docente e nos sejam garantidas condições dignas para fazê-lo como nos assegura a Constituição de 1988, que em seu Ar-

tigo 1º materialmente define a República Federativa do Brasil como Estado Democrático de Direito. Não pode ser democrático um Estado que sonega ao seu povo direitos fundamentais.

Repudiamos, neste dia 15 de outubro de 2021, as agressões, ameaças e perseguições, de natureza física e ideológica, perpetradas pelos agentes do Estado brasileiro contra professoras e professores. Não há serviço público sem servidores e servidoras dignamente remunerados e remuneradas. Quem agride os direitos dos servidores e servidoras agride o povo brasileiro. Abaixo todas as formas de mordação. Em defesa da liberdade pessoal e coletiva de ensinar e aprender! Em defesa da Universidade Pública, Gratuita, Laica, de Qualidade e Socialmente Referenciada!

Somente a luta muda a vida. Somente a luta fortalece a luta. Somente a grande luta muda a história. Em defesa da vida e da dignidade das professoras e professores e da população brasileira socialmente vulnerabilizada. Em defesa dos direitos e das garantias fundamentais que a Constituição nos assegura.

Manaus (AM), 15 de outubro de 2021

## Fatos e Fotos

Crédito: Ascom da ADUA/Sue Anne Cursino



No dia 10 de dezembro de 2021, ato organizado pela Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas (FAMDDI) reúne indígenas, indigenistas e representantes de entidades em defesa do povo Yanomami.

Crédito: Ascom da ADUA/Daisy Melo



Docentes da Ufam, em Assembleia Geral em Manaus, no dia 17 de março de 2022, aprovam indicativo de greve unificada por tempo indeterminado dos(as) Servidores(as) Públicos(as) Federais (SPFs)

## Fatos e Fotos

Crédito: Ascom da ADUA/Sue Anne



ADUA e outras entidades foram às ruas, no dia 9 de abril de 2022, para defender os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, dos e das estudantes, das mulheres e do povo negro

Crédito: Ascom da ADUA/Daisy Melo



ADUA participa do ato em defesa da Universidade Pública e da Zona Franca de Manaus (ZFM), no dia 03 de maio, em frente à sede do Governo do Amazonas

## **NO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA AMPLIAR E INTENSIFICAR A LUTA CONTRA A DESIGUALDADE SOCIAL E CONTRA O RACISMO ESTRUTURAL**

Neste dia 20 de novembro de 2021 nossa ADUA - Seção Sindical das professoras e dos professores da Universidade Federal do Amazonas une seu grito e seu protesto a todas organizações e movimentos para dizer que vidas negras importam e seguirão na luta comum contra a política do crime, da destruição e da morte promovida pelo Estado brasileiro contra indígenas, negras, negros e toda a classe trabalhadora;

A realidade social nos mostra que violência estrutural da burguesia brasileira contra a classe trabalhadora é ainda mais cruel contra os povos indígenas, as mulheres, pessoas LGBTQIAP+ e a população negra;

Nossa luta contra todas as formas de preconceito deve ser permanente;

É um trabalho educativo a elaboração crítica do nosso passado, que continua a marcar o presente com a violência do racismo estrutural;

Enquanto povos indígenas e população negra não forem reconhecidos como formadores do Brasil;

Enquanto as cores vermelha e negra, que representam os povos originários e a população da Mãe África, continuarem fora das cores de nossa bandeira e, mais grave;

Enquanto indígenas, negras e negros continuarem a ser tratados como subcidadãos(ãs), excluídos(as) de sua dignidade humana e de seus direitos fundamentais assegurados pela Constituição;

O Estado brasileiro não se redimirá do sangue de suas mãos pretensamente brancas e civilizadas, mas verdadeiramente genocidas.

Manaus (AM), 20 de novembro de 2021

## **SEGUIR NA LUTA... PARA DAR VIDA AO TEMPO**

A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - ADUA (Seção Sindical do ANDES - Sindicato Nacional), neste dia primeiro de janeiro do ano de luta de 2022, reafirma seu compromisso histórico de continuar como parceira na organização da esperança coletiva da classe trabalhadora para resistir à destruição do Estado brasileiro.

A quem resiste e luta contra o acelerado desmonte dos direitos humanos, sociais e naturais e se recusa a transigir com a barbárie em curso, terá na ADUA - Seção Sindical uma atalaia e uma trincheira na vigilância contra o autoritarismo e o abuso de poder e na defesa do Estado Democrático de Direito, como estabelece a Constituição de 1988.

Não nos permitiremos nenhum passo atrás nesse caminho libertário, sobretudo no ano de 2022, no bicentenário da declarada, mas ainda não consolidada independência do Brasil. Este é o ano da virada do povo brasileiro. Sigamos fortalecendo no presente a luta pelo futuro que nos pertence.

Manaus (AM), 01 de janeiro de 2022

## **NOTA PÚBLICA**

Estiveram reunidos nesta sexta-feira, 28 de janeiro de 2022, a diretoria da ADUA, representantes dos Técnicos(as)-administrativos(as) em Educação (TAEs) e estudantes da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) para discutir e se posicionar contra medidas tomadas pela reitora em exercício, que vão de encontro aos princípios da democracia que deve nortear o exercício do poder, mormente no interior da Universidade.

Os três segmentos que compõem a comunidade universitária mostram-se indignados com a ausência de diálogo e com as atitudes intempestivas e autoritárias exercidas pela administração superior.

Decisões estruturais, como fusão e/ou extinção de pró-reitorias devem ser discutidas no âmbito dos conselhos superiores, com a participação ativa de seus membros representativos, o que não está acontecendo atualmente na UFAM. É necessário enfrentar esse tipo de gestão, pois defender a democracia nos espaços da Universidade é uma obrigação de todas e todos.

Manaus (AM), 28 de janeiro de 2022

## **SOLIDARIEDADE E DE INDIGNAÇÃO À TRAGÉDIA EM PETRÓPOLIS (RJ)**

*Lutar com palavras parece sem fruto. Não têm carne e sangue...  
Entretanto, luto.*

*Carlos Drummond de Andrade*

A Diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA) – Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional – manifesta sua solidariedade a cada família atingida no corpo e no espírito pela tragédia que se abateu sobre a cidade de Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro, no recente 15 de fevereiro de 2022. Nunca haverá a palavra precisa para descrever o drama, em meio à lama e aos escombros, de vivos a contar mortos e desaparecidos numa cidade devastada. Nossa mais sentida solidariedade às famílias em sofrimento, enlutadas, que agora choram a perda de cada vida tragada pelo abismo dessa tragédia que, a despeito de sua manifestação natural, tem sua origem na omissão criminosa e institucional do Estado brasileiro em suas esferas federal, estadual e municipal.

A lama e os escombros que soterraram vidas e destruíram famílias não carregam marcas divinas ou metafísicas, menos ainda devem ser atribuídos a fenômeno arquitetado pela natureza. O nome e a certidão de nascimento dessa tragédia, que ocorre no ano bicentenário de uma independência carente de conteúdo, se inscrevem na arquitetura da desigualdade social, na perversão política (do crime, da destruição e da morte) operada pelo Estado sob controle da suicidária autocracia burguesa.

Diante do que ocorre, em meio ao caos planejado e à tragédia que se repete como farsa e escárnio, para aqui lembrar do Mouro, recapitulemos também com Brecht: "(...) não digam nunca, isso é natural. (...) Quando chegar o momento de vocês deixarem o mundo, não tenham a preocupação de terem sido bons. Isto não é o bastante! Deixem um mundo bom!"

Resistir, sempre. Desistir, jamais. É na luta que organizamos a esperança.

Manaus (AM), 17 de fevereiro de 2022

## Fatos e Fotos

Ascorm da ADUA/Daisy Melo



Ato cobra justiça pelo jornalista Dom Philips e pelos indigenistas Bruno Pereira e Maxciel Pereira dos Santos, no Centro de Convivência da Ufam, em Manaus, no dia 21 junho de 2022

Em assembleia no dia 22 de junho, docentes definem representantes para o 65º Conselho do ANDES-SN (Conad), de 15 a 17 de julho, em Vitória da Conquista (BA)



Ascorm da ADUA/Daisy Melo

Ascorm da ADUA/Daisy Melo



Docentes, estudantes e técnicos(as) participam da leitura da "Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito", no dia 11 de agosto de 2022, hall do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS), na Ufam, em Manaus

## Fatos e Fotos

Ato em Manaus soma forças às manifestações no dia 11 de agosto pelo Dia Nacional de Mobilização Fora Bolsonaro: em defesa da democracia e por eleições livres e Dia do e da Estudante



Ascorm da ADUA/Sue Anne Cursino



Ascorm da ADUA/Sue Anne Cursino

Membros do Crad e diretores e diretoras da ADUA (biênio 2020-2022)



Ascorm da ADUA/Sue Anne Cursino

Docentes em defesa da democracia

## **DEVIR INTERNACIONAL DA LUTA DAS MULHERES TRABALHADORAS**

*Quem é feminista e não é de esquerda, carece de estratégia. Quem é de esquerda e não é feminista, carece de profundidade*

*Rosa Luxemburgo*

Mais do que dia da mulher, reforçar o DEVIR DA LUTA permanente, o que é mais do que festejar um dia, sempre capitalizado pela opressão machista e patriarcal, capturado pelo mercado dos eventos, no ritual reificado de dar e receber presentes vazios.

Falar antes da alegria e da esperança de cada mulher que se organiza como classe e luta com classe e como classe, num devir que excede o dia abstraído e alienado da severina vida cotidiana das mulheres trabalhadoras. O devir é caminho no contracurso, porque aponta para o movimento, para o tornar-se.

O devir dialetiza o dia, o antecede e sucede, escapa à fixação temporal administrada pelo tempo do capital. O tempo do devir é o tempo da luta, da vida, da afirmação de direitos e do rechaço a todas as cadeias de opressão.

Por isso, nós mulheres professoras e militantes da ADUA desejamos vida longa à LUTA no DEVIR INTERNACIONAL DAS MULHERES TRABALHADORAS, PORQUE SOMENTE NA LUTA É QUE CONQUISTAMOS DIREITOS.

Manaus (AM), 08 de março de 2022

## **NOTA PÚBLICA DA ADUA PELO DIA DE LUTA DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL - 19 DE ABRIL DE 2022**

*Art. 231 da Constituição Federativa do Brasil: São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens*

A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA – Seção Sindical do ANDES-SN) manifesta, por meio de sua Diretoria, solidariedade e apoio à heroica luta e resistência dos povos indígenas do Brasil, de modo especial a nossas e aos nossos parentes das várias etnias do Acampamento Terra Livre, em Brasília (DF), em união cívica para barrar a política criminoso do Estado brasileiro contra seus direitos à terra e à vida.

A ADUA sente-se na obrigação de perguntar: onde estão as instituições da República? Seguirão omissas diante das seguidas agressões ao Estado Democrático de Direito? Terá a ordem do crime e da destruição adquirido estatuto de lei e tornado letra morta a chamada Constituição Cidadã de 1988? Configura crime lutar para impedir retrocessos de direitos conquistados? Terão as pedras de levantar a voz diante dos que calam e consentem a perversidade organizada?

A luta dos povos indígenas é nossa, de todo o povo brasileiro, sobretudo do Amazonas, onde vive e resiste a maior concentração de etnias do Brasil. O Projeto de Lei 490, na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) e conhecido como PL do Marco Temporal, defendido por ruralistas, mineradoras, madeireiros e, mais grave, pelo governo, e previsto para ser julgado neste ano de 2022, é acintoso para o conjunto dos povos indígenas do Brasil. Ao reconhecer como terras indígenas apenas aquelas definidas até 05 de outubro de 1988, com a promulgação da Constituição, este Projeto é mais um crime que o capital comete contra o direito à terra e à vida dos habitantes originários do Brasil.

Acintosa, sobretudo, será sua aprovação pelo STF no Ano Bicentenário da Independência do Brasil, no centenário do nascimento de Darcy Ribeiro, o mais irredento defensor dos povos indígenas brasileiros, aos 25 anos de sua morte e também da do nosso maior educador, Paulo Freire, em 1997.

Brasileiras e brasileiros, aqui nascidas e nascidos, ou que adotaram o Brasil como sua Pátria e foram acolhidas e acolhidos como cidadãos e cidadãos, não podem se omitir diante dessa ameaça criminosa ao direito à terra e à vida com dignidade dos nossos habitantes originários. Se o STF ceder a este acinte irá transferir sua missão maior de guardião da Constituição para o controle do grande capital e de seus prepostos: ruralistas, madeireiros, mineradoras e o agronegócio.

Em defesa dos direitos e das garantias fundamentais formalmente constitucionalizadas! Em defesa do Brasil como país para todas e todos. Em defesa da Mãe Terra e da Vida dos Povos Indígenas! Não ao Marco Temporal! Demarcação Já!

Somente a luta muda a vida. Somente a grande luta muda a história

Manaus (AM), 19 de abril de 2022

## **A DESTRUIÇÃO DAS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS COMO PARTE DA GUERRA DO GOVERNO CONTRA A CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA**

*Uma época não pode se aliar e conjurar para colocar a seguinte em um estado em que se torne impossível para esta ampliar os seus conhecimentos (particularmente os mais imediatos), purificar-se dos erros e avançar mais no caminho do esclarecimento [Aufklärung]. Isto seria um crime contra a natureza humana (grifo nosso), cuja determinação original consiste precisamente neste avanço*

*Immanuel Kant*

A ADUA, Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional, nasceu como Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas em 1979, e em 1990 se consolidou como Sindicato para defender a categoria docente e o direito à educação como bem universal de natureza pública e acessível ao povo brasileiro. É dever do Estado brasileiro garantir ao seu povo esse direito, do nível Fundamental ao Superior, e de modo indistinto. O Sistema Público Federal de Ensino e o Sistema Único de Saúde são os dois mais importantes patrimônios institucionais do povo brasileiro. Sempre atacados pela autocracia burguesa, estes dois sistemas universais têm sido o principal alvo do atual governo, com sua política econômica ultraneoliberal, de extrema direita e servil ao mando do capital.

Nesta semana, a partir do dia 30 de maio de 2022, a nossa Universidade Federal do Amazonas (UFAM) retoma de forma presencial as atividades de ensino ainda referentes ao segundo semestre letivo de 2021. Se os efeitos da pandemia de covid-19 foram e continuam sendo devastadores para a vida da UFAM, não menos devastadoras têm sido para a Instituição as ações do governo federal, com sua política de ódio e metódica agressão ao Serviço Público, notadamente às professoras e aos professores das Universidades e Institutos Federais.

Somente nos últimos três anos e cinco meses, as categorias do Serviço Público Federal acumulam uma perda salarial superior a 20%. Não bastasse esse arrocho, e como forma de escárnio, o governo federal anuncia mais um corte no orçamento da Educação Federal como forma de garantir uma alegada recomposição de míseros 5% no salário das servidoras e dos servidores. Enquanto isso, na república do vale tudo e do mais desinibido fisiologismo, sobra dinheiro no “orçamento secreto”.

Se nos anos anteriores à pandemia, a UFAM já respirava com dificuldade, agora, com o recente corte no orçamento discricionário do Ministério da Educação (MEC), de R\$ 3,2 bilhões, em torno de 14,5% do orçamento das Universidades e Institutos Federais brasileiros, anunciado pelo governo federal em 27 de maio de 2022, poderemos entrar num quadro de inanição institucional, comprometendo atividades essenciais como ensino, pesquisa, extensão e, com a suspensão da assistência estudantil, expulsar da Instituição milhares de discentes, razão de ser do trabalho docente.

Incorreremos todos em crime de omissão ou, para utilizar as palavras de Immanuel Kant, em “crime contra a natureza humana”, se não passarmos da indignação à ação comprometida e, como parte saudável da população brasileira, das instituições da República, organizações, dos movimentos, sindicatos, coletivos, centros e diretórios acadêmicos, organizar uma Frente Unitária de Resistência a esse desmonte criminoso das Universidades e Institutos Federais brasileiros. Não vamos no presente trair as conquistas das gerações que nos antecederam na luta e negar o futuro às gerações que nos sucederão. Esta nota, como parte da luta, será apenas uma nota se não fizer o caminho do texto aos becos, ruas e praças.

Os opressores não passarão. Vivem num presente sem futuro. Nós seguiremos firmes, professoras e professores, por-

que lutamos no presente e jamais cederemos o futuro aos que nos querem roubar vida e dignidade. Somos Servidoras Públicas e Servidores Públicos do Estado brasileiro e não serviçais de governos. Não lutamos por privilégios. Exigimos apenas que respeitem e reconheçam o valor do nosso trabalho docente e nos sejam garantidas condições dignas para fazê-lo como nos assegura a Constituição de 1988 que, em seu Artigo 1º materialmente, define a República Federativa do Brasil como Estado Democrático de Direito. Não pode ser democrático um Estado que sonega ao seu povo direitos fundamentais.

Repudiamos todas as agressões, ameaças e perseguições, de natureza física e ideológica, perpetradas pelos agentes do Estado brasileiro contra professoras e professores. Não há Serviço Público sem Servidoras Públicas e Servidores Públicos dignamente remuneradas e remunerados. Não há cidadania sem acesso à educação pública. Quem agride os direitos das Servidoras Públicas e dos Servidores Públicos, agride o povo brasileiro. Abaixo todas as formas de mordação. Em defesa da liberdade pessoal e coletiva de ensinar e aprender! Em defesa da Universidade Pública, Gratuita, Democrática, Autônoma, Laica, de Qualidade e Socialmente Referenciada.

Manaus (AM), 31 de maio de 2022

## **ONDE ESTÃO BRUNO ARAÚJO PEREIRA E DOM PHILLIPS?**

A ADUA, Seção Sindical da categoria docente da Universidade Federal do Amazonas, filiada ao ANDES–Sindicato Nacional, faz sua mesma pergunta que o Brasil e o Mundo continuam a fazer desde domingo, dia 05 de junho de 2022: ONDE ESTÃO BRUNO ARAÚJO PEREIRA E DOM PHILLIPS? E completa: o que fizeram do Estado brasileiro? Por que a Constituição, à qual todo poder deve se submeter, é avassalada pelas ameaças do autoritarismo e das arbitrariedades de toda ordem?

A considerar os diferentes graus de responsabilidade institucional, a resposta à pergunta sobre o desaparecimento de Bruno e Dom não é de outra instância senão do Estado brasileiro. Há mais de dois mil anos o filósofo, político e advogado Cícero, no livro “Sobre a República”, se questionava e respondia: “o que é, na verdade, um Estado, senão uma sociedade de direito?”

O Art. 1º da Constituição de 1988, a seguir integralmente reproduzido, é transparente em sua redação:

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político.

Parágrafo único: todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Estado democrático de direito não combina com ataque ou ameaça à dignidade da pessoa humana. Quando a justiça é fraca na defesa da vida, sobretudo da vida em estado de vulnerabilidade social, prevalece a lei da força.

Bruno Araújo Pereira (indigenista) e Dom Phillips (jornalista) uniram suas vidas, suas profissões, seu compromisso ético e humanitário para defender a Amazônia em seu ser social e natural. Os povos indígenas da Amazônia, notadamente os grupos isolados – e mais vulneráveis às forças do crime organizado –, sua população ribeirinha, sua megabiodiversidade, seus rios, lagos, igapós, igara-pés, encontraram nas mentes e mãos de Bruno e Dom a salvaguarda ostensivamente negada pelo Estado brasileiro.

A omissão criminoso do Estado brasileiro diante da destruição da Amazônia e da violência contra seus povos originários favorece e incentiva as ações do crime organizado. A Amazônia, pelo grito de seus povos indígenas e populações ribeirinhas, de seus rios e floresta, fauna e flora, exige que o Estado brasileiro dê celeridade às investigações e que a justiça seja feita aos seus guardiões BRUNO ARAÚJO PEREIRA e DOM PHILLIPS.

Manaus (AM), 14 de junho de 2022

## **NOTA DA ADUA SOBRE AS GRAVES AMEAÇAS AO QUE FORMALMENTE AINDA TEMOS DE ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E CONVOCAÇÃO GERAL PARA O DIA 30 DE OUTUBRO DE 2022 SOB A CONSIGNA: VOTAR EM LULA PARA DERROTAR BOLSONARO NAS RUAS E NAS URNAS!**

A ADUA nasceu como Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas em 1979 e, desde 1990, se consolidou como Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional para defender a categoria docente e o Estado Democrático de Direito, fundamento constitucional da República Federativa do Brasil. Desde sua fundação, a ADUA se faz presente e parceira em todas as lutas coletivas do povo brasileiro e, nestes tempos de decomposição institucional do Estado brasileiro, de desmonte de direitos e de ameaça à vida e às liberdades, vem se somar a todas as forças e movimentos que se organizam para barrar o arbítrio, o golpismo e a escalada de retrocessos políticos do governo Jair Bolsonaro.

Às portas do segundo turno das eleições presidenciais no próximo dia 30 de outubro de 2022, o Brasil vive a sua mais grave crise política, numa escalada nunca vista de afronta à Constituição de 1988, de decomposição civilizacional, o que exige das instituições da República resposta firme e ostensiva ao continuado abuso de poder do ocupante da Presidência, que desdenha e debocha do Direito e da Justiça. É preciso dizer que o Estado brasileiro não suportará mais quatro anos do pior governo de sua curta história republicana. A ADUA reafirma, nesta nota, a posição manifestada pela Diretoria do ANDES-SN em recente nota publicada no dia 05 de outubro de 2022, no 34º ano da promulgação da Constituição de 1988:

O conjunto da obra de Bolsonaro-Mourão à frente da Presidência é dos mais nefastos da história do nosso país: constantes ataques à educação pública, às ciências, ao conhecimento e às liberdades democráticas; degradação das condições de

vida da classe trabalhadora; incentivo à destruição dos biomas brasileiros, especialmente da floresta amazônica e seus povos; ataques machistas, racistas, xenofóbicos, capacitistas e LGBT-QUIAP+fóbicos; pauperização e fome da população, com 33 milhões de pessoas sem ter o que comer; além das 686 mil mortes por Covid-19.

Não somos um país de deficientes cívicos, como já denunciava Milton Santos. Vamos às ruas e às urnas porque não admitimos retroceder das conquistas do povo e de sua luta para que o Brasil possa avançar nas trilhas da democratização das conquistas sociais, da vida cidadã, da universalidade material dos direitos coletivos. Mais do que valor universal, a democracia é um valor estratégico da classe trabalhadora; é o poder do povo livre, não de alguns. A verdadeira soberania pertence ao povo organizado como sociedade civil. Do povo emana todo o poder e a serviço do povo deve estar o Estado e suas instituições. O Estado brasileiro é laico, nem ateu nem confessional, e deve garantir o direito do povo ao livre exercício de manifestação política, cultural, religiosa e, sob nenhum pretexto, atentar contra a vida democrática.

A ADUA reafirma os princípios que sustentam sua trajetória de 42 anos de luta e resistência: autonomia frente a governos, partidos e administrações; laicidade; classismo; democracia pela base; defesa intransigente da educação pública e da Universidade Pública, gratuita e socialmente referenciada. Ao conclamar o voto em Lula não o faz por opção partidária ou personalista, mas por ter consciência de que não estamos diante de uma disputa simétrica, entre adversários no campo democrático, ainda que nos limites da democracia formal burguesa. Não estamos diante de uma polarização, como tanto repete o isentismo de setores da burguesia, da direita à extrema direita. É preciso dizer com nomes próprios: estamos diante do neofascismo e da barbárie do governo Bolsonaro e da possibilidade de iniciar a reconstrução do país com a eleição de Lula.

Diante da gravidade do momento, do recente e criminoso corte no orçamento da educação, que compromete o funcionamento dos Institutos e Universidades Federais, não nos cabe outra opção que não seja a de reafirmar a consigna nacional: Votar em Lula para derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas!

Nenhum passo atrás. Somente na luta organizada, sob o método da luta de classes, a classe que vive do trabalho adquire consciência de classe.

Manaus (AM), 14 de junho de 2022

## **NOTA DA ADUA - SEÇÃO SINDICAL**

A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas – ADUA-Seção Sindical do ANDES-SN – manifesta seu irrestrito apoio à comunidade acadêmica do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga da Universidade do Estado do Amazonas (CTSB-UEA) e repudia veementemente as declarações racistas, homofóbicas, xenofóbicas, transfóbicas e de explícita aversão às políticas de inclusão proferidas por palestrantes no dia 13 de outubro de 2022, no X Encontro Internacional de Ensino e Ciências na Amazônia (EIPECAM), evento sediado CTSB. Este sindicato repudia quaisquer formas de discriminação e preconceito praticados no seio da sociedade e, principalmente, nos ambientes acadêmicos. O espaço de uma Instituição Pública de Ensino não pode servir de palco para atos e falas de natureza atentatória ao Estado Democrático de Direito. Defendemos uma sociedade democrática, em que a educação seja de qualidade, laica, gratuita, universal e socialmente referenciada. A ADUA – Seção Sindical não tolera nenhuma forma de discriminação: social, de cor, credo, etnia e gênero. Sigamos na luta e vigilantes.

Manaus (AM), 19 de outubro de 2022

